

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA “DESTRUIÇÃO CRIATIVA” E NOVAS FRONTEIRAS DO HUMANO

CELSO ANTONIO FAVERO

RESUMO Neste artigo a intenção é fazer um mapa das discontinuidades/continuidades que estruturam as relações entre os agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e o Estado produtor e gerenciador desse programa e do próprio sistema simbólico-normativo do qual ele faz parte. Para a elaboração desse mapa serão considerados os modos como o agricultor, ao apropriar-se do PBF, transforma-se em “beneficiário” e refaz, na relação com o sistema simbólico-normativo, as tramas do que constitui a sua vida ordinária, envolvendo estruturas de hábitos, de sociabilidades e modos de produzir territórios. No trabalho, o olhar do pesquisador se concentrou, primeiramente, na unidade familiar, âmbito no qual as relações de gênero e gerações se revelam de formas mais densas; mas ampliou-se acompanhando os trajetos dos membros das famílias (mulheres e homens, pais e filhos, adultos, jovens e crianças) na produção de bens e territórios. Para a produção das informações, se os documentos e bancos de dados oriundos do Estado forneceram pistas, a imersão no universo das famílias qualificou as informações. Com base nos resultados do estudo é possível dimensionar o tamanho da ação de “destruição criativa” do Estado - produtor/operador do sistema simbólico-normativo - na agricultura familiar do Semiárido da Bahia, além do novo lugar desse agricultor, redimensionando, inclusive, a própria fronteira na produção do social/humano.

PALAVRAS-CHAVE Agricultor familiar, Estado, produção da vida, destruição criativa.

ABSTRACT *In this paper, the intention is to make a map of discontinuities/continuities that structure the relationships between beneficiary family farmers from Bolsa Família Program (PBF) and the State that produces and manages this program in addition to the symbolic-normative system which it has been part of. For the preparation of this map, the ways in which the farmer takes ownership of PBF will be considered. Also, there will be analysis on how it becomes a beneficiary and remakes, in the relationship towards the symbolic-normative system, the plots that constitutes its ordinary life, involving the structure of habits, social arrangements and the ways to produce territories. At work, researchers' look focused, first, on the family unit and the framework in which relationships are shown in more dense forms. It extended along the paths of the family members (men and women,*

1 Para Harvey, “as táticas redistributivas do neoliberalismo são de amplo espectro, sofisticadas, frequentemente disfarçadas por meio de malabarismos intelectuais, porém devastadoras para a dignidade e o bem-estar social de populações e regiões vulneráveis. A maré de destruição criativa com que a neoliberalização varreu toda paisagem capitalista não tem paralelo na história desse sistema. É compreensível, portanto, que ela tenha gerado resistência e a busca de alternativas viáveis” (HARVEY, 2007, p.24).

2 A divisão da Bahia em Territórios de Identidade foi realizada em 2003 e, em 2007, essa configuração foi incorporada pelo governo nas suas estratégias de planejamento. Sobre esse assunto, consultar, por exemplo: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html. O Território de Identidade Bacia do Jacuípe inclui 14 municípios, todos eles localizados no Semiárido.

3 Não é objetivo, aqui, retomar as discussões sobre o Semiárido. Consideramos, no entanto, primeiro, que, nas últimas décadas, o termo “Convivência com o Semiárido” tornou-se um lema que articula atores e projetos acadêmicos, políticos, sociais, culturais e de produção de vida; segundo, que, atualmente, três outras abordagens do Semiárido competem com esta. Na primeira, a região emerge como uma caricatura, onde a dissimulação/teatralização toma o lugar da realidade, transformando-a →

parents and children, adults, youth and children) in the production of goods and territories. For the production of information, documents and databases from the State provided clues, the immersion in the world of families ended up bringing qualified information. Based on the results of the study, it is possible to scale the size of the action of “creative destruction” of the State-producer/symbolic-normative system operator-in family agriculture from semi-arid of Bahia, in addition to the new place of the farmer, which resizes the border itself in social/human production.
KEY WORDS *Family Farmer, State, Life’s Production, Creative Destruction.*

DA DESTRUIÇÃO E DA APROPRIAÇÃO CRIATIVAS

É intenção, neste artigo, apresentar análises de resultados de pesquisa sobre os encontros/desencontros entre a “vida rotina” de agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e os sistemas simbólico-normativos identificados com o Estado. Que contradições estruturam as relações entre esses dois campos? Que mecanismos e estratégias de apropriação dos sistemas simbólico-normativos são desenvolvidos pelos agricultores e como eles os assimilam aos processos de produção de suas vidas? Como se constituem e que novos modos de produção de vida decorrem desses processos? As relações entre essas duas lógicas – a da “apropriação criativa” de instrumentos de políticas e da sua adequação aos sistemas que regem a vida cotidiana do agricultor e a da “destruição criativa” (HARVEY, 2007)¹ da ordem que estrutura a “vida ordinária” desses agricultores para a produção de uma nova ordem - estabelecem, portanto, o fio da meada.

Para o trabalho, concentrou-se a atenção no Território de Identidade Bacia do Jacuípe² (TIBJ), localizado no Semiárido.³ Desde 2007, em frequentes visitas às comunidades do Território, procurou-se acompanhar dois processos: o da implantação, pelo Estado, dos Territórios de Identidade, do Programa Bolsa Família (PBF) e do vasto rol de políticas do Estado

para a agricultura familiar, por um lado; e o da apropriação criativa desses programas e políticas no âmbito da agricultura familiar, por outro. Mergulhando nessas águas, buscou-se perceber quais as mudanças nos âmbitos dos sistemas simbólico-normativos, dos objetos e das ações dessas famílias; como o Estado, através dos seus agentes, identifica e reconhece essas mudanças, como ele as opera e as transforma, e que sentidos ele lhes atribui.

As reflexões desenvolvidas neste artigo são organizadas considerando três campos: 1) o da continuidade/descontinuidade das relações entre a rotina vivida na agricultura familiar do Semiárido e os sistemas simbólico-normativos emanados de um Estado; ou, o da tensão entre a lógica da “destruição criativa”, que tem no Estado (e nas Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda) o agente principal, e a lógica da “apropriação criativa” dos dinheiros e dos outros bens dessas políticas, feita pelos agricultores familiares; 2) o das relações sociais intrafamiliares, de gênero e gerações, que se desdobram em relações de âmbito comunitário (vizinhança) e em redes mais amplas de sociabilidades. Entende-se a família como uma unidade (embora, provavelmente, essa unidade não vá muito além do campo jurídico) e, ao mesmo tempo, como um campo de sociabilidades, envolvendo contradições/conflitos e funcionalidades, em que homens e mulheres, adultos, jovens e crianças jogam com suas posições e disposições; 3) o da transformação da agricultura familiar do Semiárido em nova “fronteira do social” ou em lugar onde, além dos próprios modos de produção de vida, o próprio “humano” é posto em questionamento. Hoje, como em outros momentos na história do Semiárido do Nordeste, a região e, principalmente, a agricultura familiar, revelam-se como “lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos” (MARTINS, 1996, p. 27), o tempo/espaço da agricultura familiar e o tempo/espaço do Estado.

→ 3 num símbolo que é fonte de uma profusão de sentimentos, visões e compreensões, tais como medo, vergonha, intolerância, horror; por essa visão, o Semiárido emerge como lugar de carência e de ausência de dinâmicas socioeconômicas relevantes, inibindo a percepção de expressões como a revolta. Como reação de elites modernizantes contra essa visão “negativa”, produziu-se um contraponto “positivo”, que abre o Semiárido para empreendimentos considerados portadores da modernidade, do bem contra o mal, da racionalidade contra a irracionalidade; nessa perspectiva, se requer dos atores uma consciência social/política empreendedora, que resulta da disseminação de projetos com caráter “quase” missionário/salvador e da inclusão das populações locais ao espírito empreendedor pela via da “capacitação”. A terceira abordagem entende que o empreendedorismo instituiu a competição não apenas entre atores, mas também entre regiões, dando origem a regiões produtoras e a regiões consumidoras de riquezas. Conforme essa visão, para enfrentar o desequilíbrio regional produzido pela competição, que seria “natural” ao capital, o Estado assume o papel de distribuidor de riquezas, gerando um mapa onde se combinam regiões produtoras com regiões consumidoras de riquezas. As Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda e de fortalecimento do consumo se enquadram nesse modelo de crescimento econômico.

4 Hegel (1995) define o “espírito objetivo” ou a “Ideia Absoluta” - que compreende o Direito, a Moralidade e a Eticidade e que resulta do “sacrifício” do “espírito subjetivo” - como um conjunto de regras não escritas que se impõe por si só e forma o pano de fundo da atividade de todos os indivíduos, dizendo, inclusive, o que é aceitável e o que não é aceitável.

Duas hipóteses sustentam o estudo: a primeira é que o encontro/desencontro entre esses dois sistemas de lógicas (as que governam a produção/vivência da “vida rotina” e os sistemas simbólico-normativos) e dois personagens (agricultor familiar e Estado) pode ser sociologicamente melhor apreendido quando observado da perspectiva da tensão entre a “destruição criativa” e a “apropriação criativa” de modos de produção de vida e de sistemas simbólico-normativos que são assimilados à “vida rotina” do agricultor/beneficiário transformando-o de “beneficiário” em “coprodutor” de políticas. Os sistemas simbólico-normativos – ou o “espírito objetivo” de Hegel ⁴ – têm como finalidade a produção do “progresso” pela difusão de uma dinâmica de “destruição criativa”, que exige dos sujeitos individuais o sacrifício de parte da sua “consciência” ou a quebra da sua “coluna vertebral ética” para o reencontro da consciência consigo mesma, mas já na objetividade da consciência universal (HEGEL, 1992, p. 129). O Estado moderno é a melhor expressão dessa consciência universal que destrói e assimila, para si, as múltiplas consciências.

Ou seja, invertendo a ordem e observando esse encontro/desencontro a partir do chão da vida, é possível afirmar que todo sistema simbólico-normativo é, ao mesmo tempo, portador de uma determinada visão do mundo, e, no caso específico, do Semiárido e da agricultura, de modo que ele pauta modelos de projetos, políticas, debates; ele cria personagens e desqualifica outros, do mesmo modo que produz realidades, territórios e lugares e desqualifica outros; ele produz a “destruição criativa”.⁵ É possível afirmar, nesse mesmo sentido, que sujeitos sociais específicos, tais como os agricultores familiares, ao se apropriarem dos sistemas simbólico-normativos e dos mecanismos que eles envolvem, produzem lugares, trajetões e deslocamentos, transformando o próprio chão da vida e as rotinas que estruturam o seu cotidiano. Na visão de Giddens, passando “entre

5 Segundo Harvey (2007, p. 3), a criação do sistema neoliberal implicou muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais, mas, também, sobre as relações estruturais da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais. Esse processo, diz o autor, envolveu o dismantelamento de instituições e de políticas que impulsionavam medidas distributivas mais igualitárias na era precedente.

objetos cujas propriedades interagem com as suas capacidades” (GIDDENS, 2003, p. 132), os agentes produzem suas rotinas, seus sistemas de sociabilidades e os contornos de seus lugares e territórios; eles produzem, no mesmo movimento, “desencaixes” (GIDDENS, 1991) ou deslocamentos, de modo que, nesses casos, sua ação criativa se torna ainda mais evidente.

A segunda hipótese é a de que a produção da vida identifica-se, numa de suas dimensões mais profundas, com a requalificação do “sistema de necessidades” e de “desejos” (FAVERO, 2012) e com a própria produção de sociabilidades, espaços, territórios e, portanto, de modos de produção de vida (e de suas fronteiras). De acordo com Durkheim e Mauss (1903), a produção do espaço está associada à organização social do grupo e, portanto, ela é indissociavelmente vinculada ao problema da própria identidade dos grupos. Para esses autores, o tempo e o espaço mantêm, em cada momento da história, relação estreita com a organização social correspondente e com os modos de produção de vida, de modo a reconstituir, inclusive, o próprio sentido de lugar, de território e de fronteira de território.

Na observação dos processos de produção de espaços/tempos, a noção de fronteira revela-se, portanto, essencial para a compreensão das relações entre grupos sociais. Ela define os contornos dos espaços/tempos de grupos sociais expressando as descontinuidades que os separam e os identificam (o que remete, até certo ponto, à noção de campo de Bourdieu), ao mesmo tempo em que abre espaços de encontros no interior dos quais as classes e grupos sociais se comunicam e trocam entre si, mesmo de forma desigual; o que permite, no limite, seu mútuo reconhecimento e/ou o não reconhecimento.

A noção de fronteira revela-se, portanto, como uma ferramenta teórico-metodológica particularmente pertinente para refletir sobre as atuais e múltiplas formas de manutenção/recomposição da distância e as contradições entre os diferentes

6 “O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (...) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos”. Ele “permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família”(http://www.mds.gov.br/bolsa-familia/cadastrounico).

grupos sociais, em sociedades afetadas por processos mais ou menos fortes de recomposição do social; e no contexto do objeto estudado, é possível afirmar que a noção de fronteira aponta para um lugar que é, ao mesmo tempo, “cenário de intolerância, ambição e morte”, ou de “elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo de espera do advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria, fartura” (MARTINS, 2009, p. 9-10).

A produção das informações analisadas neste trabalho é resultado de investigações desenvolvidas durante mais de cinco anos, em documentos e em campo. Com relação aos documentos, além de obtermos o acesso ao CadÚnico,⁶ foi feita uma espécie de varredura em documentos de secretarias e órgãos do governo da Bahia. Na pesquisa de campo, num primeiro momento, 450 famílias de 45 comunidades rurais responderam a um longo questionário; depois, reduziu-se esse universo para 50 famílias que receberam pesquisadores que conviveram com elas durante alguns dias. Nesse segundo momento, mais próximo de uma pesquisa etnográfica, e com base em um roteiro, cada pesquisador procurou conhecer os meandros das rotinas diárias das famílias e, ao mesmo tempo, interpelá-las sobre mudanças, principalmente para as quais tenha contribuído o PBF.

A pesquisa realizada ao longo desses cinco anos, tendo seus dois momentos mais intensos – a aplicação do questionário envolvendo 450 famílias e a “quase” convivência com 50 famílias –, e se estruturando com base no cruzamento de informações vertidas de documentos (do reconhecimento dos sistemas simbólico-normativos, dos seus autores e dos portadores e seus modos de operação) com as que eram produzidas no contato direto e demorado com famílias de agricultores beneficiários do Programa Bolsa Família, possibilitou a produção de uma quantidade significativa de informações que permitem, pelo menos, identificar continuidades e mudanças nos processos de produção dessa vida rotina.

AGRICULTURA FAMILIAR NO TIBJ E SISTEMAS SIMBÓLICO-NORMATIVOS

O TIBJ E A AGRICULTURA FAMILIAR - ASPECTOS ESTRUTURAIS E APROXIMAÇÃO DO OBJETO

De acordo com dados do Censo do IBGE de 2010, o TIBJ ⁷ tem 10.954 km² e 233.682 habitantes. Nos últimos vinte e poucos anos, a população diminuiu: entre 1991 e 2000, a população total do Território caiu em 13,9%; e entre 2000 e 2010, em 2,77%. Mas, se em alguns municípios, como Gavião (-53,6%) e Capela do Alto Alegre (-48,7), a evasão populacional foi significativa, em outros, como Pintadas (-0,61%) e Várzea do Poço (-2%), houve quase estabilidade. O fenômeno é parte de uma tendência geral dos últimos vinte anos para todo o Semiárido do Nordeste, de modo que se pode afirmar que essa região vem se transformando em espaço de afugentamento de população, o que a recoloca de modo novo no mapa demográfico brasileiro.

Chamam a atenção, nesse contexto, os índices de evasão de populações rurais. Apesar das dificuldades que se tem para distinguir, nessa região, o rural do urbano, e considerando os dados produzidos pelo IBGE e compilados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Governo do Estado da Bahia (SEI), é possível perceber que as assimetrias entre o rural e o urbano tendem a crescer. Entre 2000 e 2010, a população rural do Território diminuiu em 16%; mudaram, igualmente, as proporções entre a população urbana e a população rural: em 2000, 58% da população do Território era considerada rural; em 2010, essa porção era de 49%. Isso significa, entre outras coisas, que, apesar de tudo, a porção rural da população do território continua bastante significativa.

No panorama social, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em dezembro de 2008, o TIBJ detinha um dos mais altos índices de pobreza do Semiárido (78% das famílias eram consideradas pobres) e um dos maiores

⁷ Os 14 municípios do TIBJ, todos situados na região conhecida como Semiárido, são: Baixa Grande, Mairi, Gavião, Capela do Alto Alegre, Ipirá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe e Quixabeira.

8 Em dezembro de 2008, havia 35.698 famílias beneficiárias; em agosto de 2009, esse número subiu para 37.985 (o que provoca um impacto significativo nos índices relativos, certamente).

9 Segundo o que estabelece a Lei 8.629/1993, pequena propriedade é o estabelecimento com até quatro módulos fiscais; para o Semiárido do Nordeste, o módulo fiscal tem entre 25 e 35 hectares. Portanto, quase 95% dos estabelecimentos rurais do TIBJ são pequenas propriedades.

10 A área média desses estabelecimentos é de 19,2 hectares e 51,5% deles têm menos de 10 hectares.

11 Conforme dados da SEI/SEAGRI, considerando o conjunto da produção agropecuária do território com base em séries históricas por produto, obtemos as seguintes informações: 1) considerando os principais produtos, a produção de 2008 é, aproximadamente, a mesma de 1990; 2) em 2000 houve um grande salto em termos de área plantada e de produto (no caso do feijão): a produção foi quase seis vezes maior que a de 1995; em seguida, iniciou-se uma curva declinante atingindo, em 2007, patamar próximo ao de 1990; 3) a série histórica é marcada por grandes oscilações para a maior parte dos produtos e, considerando todo o período, →

índices de “beneficiários” do PBF (74% das famílias e 80% das famílias de agricultores familiares eram beneficiárias do PBF).⁸ A taxa de analfabetismo era de 32%; a de abastecimento de água (através de sistema público) de 35,1% e a de esgotamento sanitário urbano de 30,6%.

Um olhar sobre a estrutura fundiária do Território contribui para melhor entender essa situação. De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 2006, o TIBJ possuía 27.429 estabelecimentos rurais. Desses, mais da metade (51,5%) tinha menos de 10 hectares e mais de 94% tinham até 100 ha.; 70 estabelecimentos (0,25% do total) tinham mais de 1.000 há.⁹ Além disso, de acordo com o “Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável” do TIBJ (CODES, 2010), hoje, mais da metade das terras dos municípios da Bacia é devoluta, e 105 imóveis do Território, envolvendo 76.771,50 ha de terras (quase 8% do total das terras), são improdutivos. Se a concentração da terra é uma “peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento” (WANDERLEY, 2009, p. 11), esse é um dos elementos centrais que transformam a agricultura familiar num “setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (IBID, p. 60).

Entre 1990 e 2007 (quase trinta anos, portanto), a quantidade de valor produzido pela agricultura familiar do Território não se alterou de modo significativo. De acordo com dados do IBGE, em 2007, esse setor detinha 93% dos estabelecimentos, 54,6% da área¹⁰ e 66% do valor bruto da produção. Todo o sistema de produção agropecuária no Território, familiar e não familiar, permanece precário. O valor médio anual bruto produzido por estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) era, então, de R\$ 1.101,81 (com valor médio mensal de R\$ 91,81)¹¹, ou seja, um valor que indica a insustentabilidade das famílias quando pensadas unicamente a partir da produção no estabelecimento. A agricultura familiar do Território – exceto uma pequena parcela

– constitui-se num setor que, além de bloqueado no acesso à terra (e à água), ficou completamente à margem de todos os processos de modernização vividos pela agricultura brasileira nas seis últimas décadas.

Essas informações permitem a elaboração de um perfil socioeconômico da agricultura familiar do TIBJ, em que se conjugam: 1) consideráveis perdas de populações (urbanas e rurais, mas, principalmente, rurais); 2) amplo predomínio de unidades de agricultura familiar no setor agropecuário; 3) grande predomínio de minifúndios; 4) persistência de uma produção agropecuária de baixa produtividade, utilizadora de tecnologias relativamente simples e voltada essencialmente à produção para a complementação da subsistência da família; 5) situação generalizada de pobreza das famílias (vínculo ao PBF); 6) perda relativa da produção agropecuária na composição dos meios de produção da vida. Os bloqueios estruturais (terra, água, tecnologias, produção) se traduzem, essencialmente, em termos de “vivência da precariedade”, o que coloca essa população no “degrau inferior de uma escala” da própria agricultura familiar brasileira (WANDERLEY, 2009, p. 168) e em situação de “fronteira do social” (MARTINS, 2009).

→ 11 pela continuidade (apesar das oscilações). Mas, considerando o valor médio produzido por estabelecimento da agricultura familiar, tem-se a necessidade de conhecer as outras fontes de renda dessas famílias e em que proporções médias elas são combinadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AFETAM A AGRICULTURA FAMILIAR DO TIBJ

Três sistemas de políticas afetam mais diretamente a “agricultura familiar” do TIBJ: as políticas de desenvolvimento, de previdência e de assistência social. Mas, para os fins deste trabalho, sem se deter em debates teóricos, mesmo reconhecendo a sua importância para fins de análise, traçaram-se linhas gerais sobre as políticas que influenciam mais profundamente os modos de produção de vida na agricultura familiar. Pretende-se, assim, identificar os sistemas simbólico-normativos que incidem na agricultura familiar do TIBJ. Para isso, atentou-se, primeiro, para a quantidade de valor transferido pelos programas de políticas

e para os subgrupos sociais servidos por esses programas; em seguida, para a importância relativa dessas políticas nos processos de produção de vida e para os modos como esse dinheiro ingressa (é apropriado) e atua (é integrado nas engrenagens) na vida dessas populações.

Uma das maiores fontes de transferência de dinheiro para o TIBJ são as aposentadorias. Em 2008, no TIBJ, havia 38.971 benefícios previdenciários; desse total, mais de 81% eram rurais. O total de recursos transferidos pela Previdência nesse ano para o Território foi de R\$ 200.396.411,00, portanto, mais que as transferências constitucionais para os municípios do Território¹², e, inclusive, mais que o total do orçamento das prefeituras dos 14 municípios. A situação de alguns municípios era singular: Serra Preta, com 15.039 habitantes em 2007, tinha 4.164 benefícios previdenciários (28% ou um benefício para cada 3,6 pessoas). No Território, havia um benefício para cada 6,1 habitantes. Considerando a população rural do Território e o número de benefícios previdenciários, tem-se 31.645 benefícios para 125.546 habitantes, ou um benefício para 3,96 habitantes rurais.¹³ Esses números identificam a importância que essa política tem para a população local, considerando os efeitos que ela produz nos modos de produção de vida e de socialização e na movimentação daquela economia.

Se a Previdência é a principal fonte de transferência de recursos para os agricultores familiares e para o Território, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (que, ao contrário da Previdência, é uma política de financiamento) – é considerado, na perspectiva do Estado, o principal instrumento de política de desenvolvimento para a agricultura familiar. No TIBJ, em 2008, esse programa injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 em 2.715 contratos (a média de recursos por contrato foi de R\$ 3.063,00)¹⁴; se os contratos são feitos por unidade produtiva, menos de 10% dos estabelecimentos familiares do Território foram inseridos no

12 Em 2007, somadas, as transferências constitucionais federais para os 14 municípios do Território somaram R\$ 162.231.391,62 e o orçamento total desses municípios alcançou a cifra de R\$ 174.760.237,36 (SEI/SIDE. In. <http://www.sei.ba.gov.br/side>).

13 Uma das explicações para essa singularidade é que os beneficiários de aposentadoria rural nem sempre são, pelo menos atualmente, habitantes de espaços rurais.

14 Nesse ano, o Salário Mínimo, que serve de referência para a maior parte das aposentadorias rurais, foi de R\$ 415,00, o que significa, para um ano, R\$ 4.980,00. O aposentado recebeu mais que a média dos financiamentos do PRONAF (por unidade de contrato).

programa. Considerando o número de contratos e a média de valor alocado por contrato, o que seria a principal política pública de incentivo à agricultura familiar não é nesse Território uma política potencializadora do desenvolvimento rural,¹⁵ por duas razões: a quantidade de recursos por contrato e a abrangência do campo dos beneficiários (que exclui 90% das famílias).

A partir dos anos 1980, principalmente, a agricultura familiar do Semiárido foi incluída numa grande diversidade de programas de “desenvolvimento rural” e “combate à pobreza” estaduais e/ou federais. Na Bahia, a gama dos programas situados nesse campo envolve, entre outros, os seguintes: Sertão Produtivo, Garantia Safra, Produzir, Semeando, Assistência Técnica e Água Para Todos.¹⁶

Com relação ao seu desempenho, entre 2006-2010,¹⁷ esses programas atingiram cerca de 10% dos agricultores do Território, o que coincide com os dados do PRONAF, e a quantidade de recursos transferidos não foi significativa. Por exemplo, o Produzir, dentre eles o mais importante para a agricultura familiar, envolveu 3.417 famílias (10% das famílias) e R\$ 5.156.239,24 (R\$ 1.509,00 por família).

Como resultado das pesquisas de campo, é possível afirmar que, de modo geral, as famílias beneficiárias desses programas (de combate à pobreza) são as mesmas que recebem financiamento do PRONAF. Ou seja, fica evidente a diferença do peso entre as Políticas de Previdência e as de Desenvolvimento que afetam a agricultura familiar; esse é um indicativo do modo de pensar dos que produzem e controlam os sistemas simbólico-normativos destinados à agricultura familiar dessa região.

De acordo com dados do Cadastro Único (CadÚnico)¹⁸ do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre 2007 e 2010, considerando o número de beneficiários do PBF, as variáveis denominadas “local de moradia” (urbano e rural), “gênero” e “frequência à escola” mantiveram uma relativa estabilidade no TIBJ. Mas, apesar dessa estabilidade, dois pontos

15 Considerando os dados de uma pesquisa de campo, de 450 famílias entrevistadas, 20,8 afirmaram que, em algum momento, fizeram financiamento via PRONAF, e apenas 4 famílias receberam financiamento via outros programas. Das 450 famílias, apenas 11% receberam assistência técnica.

16 Embora sejam geridos pelo estado – Bahia –, grande parte dos recursos alocados é federal.

17 Essas informações são resultantes de ampla pesquisa documental realizada pelo Grupo de Pesquisa no âmbito das secretarias do governo do Estado da Bahia e que gerem esses programas.

18 O MDS disponibilizou para o Grupo de Pesquisa uma série de informações constantes do Cadastro Único, o que foi muito importante para o desenvolvimento da investigação. Nesse item, as principais informações foram retiradas desse Banco de Dados. Entende-se que um Banco de Dados como esse se constitui como instrumento de importância capital para o exercício do controle social por parte do Estado.

19 Se cada domicílio tem, em média, 4,5 moradores, o número de famílias “beneficiárias” do PBF no TIBJ é de cerca de 10.000. O número dos beneficiários inseridos no mercado de trabalho variou entre 5.457, em 2007, e 6.703, em 2008. Pode-se deduzir, portanto, que 3/5 das famílias têm pelo menos um membro inserido no mercado de trabalho e 2/5 das famílias estão fora desse mercado. Esses dados remetem ao que os agricultores familiares do TIBJ definem como “trabalho”. Conforme entendimento dos pesquisadores no contato com essa população, quando falam de trabalho rural, esses agricultores dizem diversas coisas, todas ao mesmo tempo (as suas vozes permitem situar esse trabalho específico no campo do trabalho em geral), como essas: 1) o trabalho do agricultor aparece como um objeto distinto do trabalho, por exemplo, do operário (assalariado); 2) o trabalho desse agricultor não se identifica como um trabalho “sem forma” (trabalho “com forma” enquanto trabalho passível de mensuração com base em determinadas medidas) e, portanto, não mensurável, mas como um trabalho que requer, para a sua definição, o estabelecimento de outro quadro de critérios e medidas.

20 Dispor de abastecimento de água via rede pública não significa, sempre, que a água chega até a casa; em muitos casos, ela se encontra disponível em chafarizes coletivos.

21 Conforme declaração feita, em 2010, pelo secretário de agricultura de um dos municípios do TIBJ, em torno de duas mil famílias do seu município não dispunham naquele momento de qualquer sistema de armazenamento de água, mesmo cisternas ou caixas.

chamam a atenção. Primeiro, em 2010, quando a população do Território era de 233.682 habitantes (IBGE, Censo de 2010), o número de beneficiários era de 50.889 (22% da população); segundo, desse total, 38% eram de origem urbana e 62% eram rurais.

Com relação à inclusão dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho, considerando o total de declarantes (exceto os que não trabalham e os aposentados), o número sobe de 5.457, em 2007, para 6.703, em 2008, desce para 6.051, em 2009, e sobe novamente para 6.338, em 2010. Finalmente, de todos os que se declararam “trabalhadores” no Território, mais de 90% são rurais, o que indica, pelo menos, o caráter distinto do trabalho rural.¹⁹

No que tange à situação da casa dos beneficiários do PBF, considerando o período 2007-2010, verifica-se, primeiro, a diminuição do número de declarantes que moram em domicílio próprio e, o crescimento inversamente proporcional do número dos que moram em domicílios não próprios; segundo, cresce o número de casas de tijolo/alvenaria e, nas mesmas proporções, diminui o número de casas de taipa e adobe; terceiro, cresce significativamente o número de casas cujo tipo de construção é situado entre “outros” (subida de quase 236%).

As situações relativas ao abastecimento/tratamento de água, iluminação e esgotamento sanitário são as que mais chamam a atenção nesse campo. Com relação à água (rede pública, poço e outros), verifica-se um pequeno crescimento no número das casas que dispõem de abastecimento via rede pública, passando de 36,3%, em 2007, para 42,4%, em 2010 (63,7%, em 2007, e 57,6%, em 2010, situavam-se fora da rede pública, o que se constitui, novamente, como indicador da precariedade dessa situação em períodos de estiagem).²⁰ Nesses quatro anos, em torno de 1/3 dos cadastrados se situaram entre “outros”, termo que pode envolver os que dispõem de cisternas para captação de águas de chuvas.²¹

Mas, em todos esses casos, trata-se da disponibilidade de água para o consumo humano. Para o consumo animal e para

a produção agrícola, a situação é muito mais precária. São raros, no Território, os agricultores familiares que dispõem de acesso à água para esse fim, o que afeta de modo considerável a produção agropecuária das famílias.²² Esse problema se agrava com as estiagens, quando não existe nem mesmo a água de cisterna caseira para o consumo humano.²³

Com relação ao tratamento da água (cloração, fervura, filtração, sem tratamento e outros), houve pequenas oscilações ao longo dos quatro anos. A cloração – que passou de 9,1%, em 2007, para 8,8%, em 2010 – é feita, em geral, em águas de cisternas (captadas de chuvas); a utilização da fervura passou de 3,4% para 2,4%; a utilização da filtração (que é feita, em geral, em filtros ou potes simples de barro) passou de 66,8% para 73%; a não utilização de tratamentos caiu de 18,6% para 13%, o que é um número ainda bastante significativo. Em 2010, cerca de 1/6 desses beneficiários consumiam água sem qualquer tipo de tratamento ou se situava entre os “outros”.

Em 2010, de acordo com os dados do CadÚnico, mais de 70% dos beneficiários do PBF tinham acesso à rede pública de energia elétrica (em contrapartida, cerca de 30% das residências continuavam excluídas). Mas, se cresceu o acesso à rede de energia elétrica, o mesmo não se verifica com relação à rede de saneamento básico, principalmente no que se refere aos sistemas de esgotamento sanitário.²⁴ Nos quatro anos (2007-2010), permaneceu relativamente estável e muito baixo o número das moradias que dispunham de acesso a redes públicas de esgotamento sanitário: em 2010, atingia apenas 27,5% (esse número se refere, provavelmente, aos moradores de cidades). Pior ainda, mais de 45% não dispunham de qualquer sistema de esgotamento (nem mesmo de fossa rudimentar) ou se situavam entre os “outros”; enquanto isso, 23,5% dispunha unicamente de fossa rudimentar.

Em termos quantitativos, Previdência e Desenvolvimento Rural são as principais fontes de dinheiros para a agricultura familiar do TIBJ. A Assistência detém lugar secundário. Em 2008,

22 Numa perspectiva histórica, o significado da não disponibilidade de água para o consumo animal tem uma dimensão muito mais agressiva hoje do que, digamos, trinta anos atrás. O deslocamento ou a circulação de animais para aguadas, por exemplo, era algo comum, o que hoje não é mais (impedimentos sanitários, fechamento de aguadas, a disponibilidade da “ajuda” ou da mão de obra da criança, etc.).

23 Nesses momentos, que são cada vez mais comuns na região, as máquinas das prefeituras dos municípios da região são inteiramente aparelhadas para a distribuição dessa água através de carros pipa. São situações propícias para se firmar acordos políticos.

24 O acesso à energia elétrica contribui de forma mais significativa para a inclusão nos mercados como consumidores, o que se adequa mais claramente aos interesses embutidos nos novos sistemas de políticas.

25 No âmbito da Assistência Social, outro programa de grande importância na agricultura familiar da região, em termos de recursos transferidos, é o chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso (mais de 65 anos) e à pessoa com deficiência (de qualquer idade) que não possuem meios de prover a própria manutenção.

as 35.698 famílias beneficiárias do PBF²⁵ do TIBJ receberam R\$ 3.170.322,00. Não é, portanto, em termos quantitativos que se pode medir a importância dessa política na região, mas sim em termos qualitativos: o dinheiro chega como “uma benção”, carrega consigo um sistema de crenças (o que remete ao “sistema simbólico-normativo”) e de condições (condicionalidades), privilegia o vínculo com a mulher e as crianças, insere a família (principalmente a mulher e as crianças) em novas redes de sociabilidade e de controle político (principalmente as Secretarias Municipais de Assistência Social); mas, principalmente, atinge um segmento social que estava fora de qualquer sistema de políticas (não reconhecido). Nesse sentido, o dinheiro do PBF é diferente, produz novos circuitos e afeta as estruturas de posições e de disposições dos membros da casa; afeta as relações nas comunidades sociais amplas e as relações de mercado; recoloca essas famílias nos mercados da política.

O PBF não atua como um “saneador de precariedades”, mas, essencialmente, como mecanismo que desloca o centro do sistema de precariedades, que vai das condições de humanidade para a comida: coloca-se mais comida e outras comidas na mesa das famílias, o que induz mudanças substanciais no campo das subjetividades (representações, auto representações) e das relações intersubjetivas e sociais (posições e disposições). Não são alteradas as situações econômicas estruturantes (acesso à terra, à água, ao saneamento básico, às tecnologias para a produção agropecuária, ao financiamento...); altera-se, em contrapartida, as estruturas dos mercados das políticas.

Mas, apesar de o PBF ser uma “benção”, no dia-a-dia as famílias precisam continuar inventando modos de produzir a vida (buscar diárias na vizinhança, migrar para terras distantes, fazer coleta e artesanato, adquirir sementes e plantar na parca terra cuja titularidade é, muitas vezes, de outros...). Nos períodos de estiagem, cada vez mais frequentes e longos, essa precariedade manifesta-se de forma ainda mais agressiva, principalmente

quando se tem que buscar, em lugares não muito próximos, a água para beber; ou quando se tem que esperar a chegada do carro pipa da prefeitura, com as suas “condicionalidades”.

As condicionalidades embutidas no PBF (e nas novas políticas)²⁶ escondem, por trás da doação do Estado, a necessidade de ajustamento ao novo sistema de regulação ou aos novos parâmetros simbólico-normativos. A “convivência com o Semiárido”, pelo menos na perspectiva do Estado, torna-se coisa do passado e é substituída pela ideia de convivência com o mercado. A Previdência situa o pós-trabalhador; o Desenvolvimento cria um segmento de trabalhadores; a Assistência remete ao pré-trabalhador, cada vez com menos chances de ingressar no mundo do trabalho.

26 Condicionalidade se tornou a palavra mágica dos novos sistemas de políticas e dos modos de controle social; dá origem a um novo clientelismo político-social, destituindo (destruição criativa) o outro das suas capacidades.

DOS DESLOCAMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TIBJ

O PBF foi inventado pelo Estado com a intenção de inserir famílias nas redes de consumo. Como resultados, ele produz deslocamentos nas estruturas e nos modos de viver das populações situadas abaixo da linha da pobreza e, igualmente, nos mercados da política. Mergulhando no miúdo da vida dessa “população assistida”, procura-se, neste trabalho, identificar as continuidades/mudanças na sua vida-rotina, o que permite uma melhor apreensão dos modos como esses personagens produzem a sua realidade (as relações com os objetos, as ações no mundo, as relações com outros personagens e os modos como produzem as representações sociais) num contexto fortemente marcado pelos novos sistemas de regulação.

Três portas permitiram a imersão do pesquisador nessa realidade: a das estratégias/ações de produção da vida, a da distribuição das tarefas entre os membros da casa e a das redes de sociabilidade. As famílias são consideradas “unidades” primeiras da investigação; elas são, igualmente, o foco do olhar do pesquisador que procurou conhecer as relações entre os seus

membros, e, essencialmente, as relações de gênero e geração: como elas são reconstruídas a partir da apropriação e do uso do dinheiro do PBF e como isso repercute nas relações da família na comunidade?

Nas últimas décadas, o TIBJ tornou-se um “território do dinheiro” (SANTOS, 1999). A mais importante das “fichas simbólicas” (GIDDENS, 1991) tornou-se o sujeito principal na produção da agricultura familiar no Território. Além disso, a agricultura, que se fazia quase exclusivamente na articulação entre as economias gratuita e mercantil (SABOURIN, 2009), viu a economia pública (o Estado) tornar-se hegemônica nos processos de sua produção. O dinheiro assume o lugar das gentes e das coisas e o dinheiro público assume a hegemonia entre os dinheiros, recolocando o lugar do Estado.

Durante a realização da pesquisa percebeu-se que os deslocamentos nos sistemas e nos modos de produção da vida envolvem uma concepção do “trabalho” e dos lugares/trabalhos dos membros da casa. Para o agricultor familiar, as atividades que contribuem para a produção da vida são plurais, do mesmo modo que a própria palavra trabalho: é trabalho a “labuta”, a “lida-lida”, a “ajuda”, o “adjutório”, a “macacada”,²⁷ a “venda de diárias”, os “bicos” e o “assalariamento”. Aparentemente, todas elas se referem a um mesmo objeto. No entanto, elas designam diferentes sujeitos, posições sociais e formas de estruturar relações, de modo que se pode agrupá-las em três conjuntos de sentido: 1) o trabalho como dito (ação produtiva “do homem” realizada no estabelecimento e que resulta em “produtos” para o consumo e/ou para a venda); 2) a “ajuda”, a “lida-lida” ou a “labuta” (as ações “das mulheres” e/ou “das crianças”, e, mesmo, as ações repetitivas, também as realizadas por homens, como buscar água ou alimentar animais); 3) a “venda de diárias”, a “macacada”, o “dia de macaco” e o assalariamento – realizadas fora do estabelecimento, mediadas por terceiros com a finalidade de produzir dinheiro.

27 Os termos “macacada” e “dia de macaco” são muito utilizados na região, principalmente em Quixabeira. O primeiro contato do grupo de pesquisa com o termo ocorreu numa roda de conversas em uma comunidade rural com predominância de população negra. De acordo com os membros da comunidade, ele equivale a “diária” e “venda de diária”; com relação à sua origem, afirmam que “veio dos antepassados” e que “pode” ter significado “dia de negro” ou “trabalho de negro”. De qualquer modo, é um termo que chama a atenção.

Tradicionalmente, na região, o “trabalho” é atribuição do homem; mulheres e crianças “ajudam”. Mesmo no interior do estabelecimento (do sítio), o filho homem só “trabalha” quando é “liberado” pelo pai e/ou pela lei (as condicionalidades do PBF); ou quando casa: “desde os doze anos, eles ficam na angústia de quando poderão trabalhar”, dizia um agricultor de Pintadas. Só casa o homem que já trabalha, de modo que “todo homem casado trabalha”. Com a liberação para o trabalho, o filho/homem pode trabalhar fora – “macacada”, “dia de macaco”, “venda de diárias”, “assalariamento” – para ganhar o seu dinheiro, na vizinhança ou longe.

A ação do homem, além de ser “produtiva” (produz alimentos e dinheiro), cria o próprio homem (ele se torna homem pelo trabalho); extensivamente, cria a mulher e a criança como os que ajudam (excluídos do campo do trabalho). A ação da mulher pode ser reconhecida, em alguns casos, como trabalho, por exemplo, quando não há homem na casa. Mas, essencialmente, o trabalho produz o homem e, negativamente, a mulher e a criança, de modo que não é o trabalho que caracteriza a mulher e a criança, mas a ajuda, que é a negação do trabalho.

Esse modo tradicional de representar a produção dos indivíduos e da sociedade permanece na região, apesar de se encontrar sinais que apontam para o seu rompimento, tanto nas falas quanto na prática, como nos casos de grupos de mulheres que se associam para produzirem. Dois mecanismos contribuem, sobremaneira, para essa ruptura: a monetarização dos modos de produzir a vida (a chegada dos dinheiros de políticas públicas e a expansão do “trabalho assalariado”) e a “presença” das “condicionalidades” do PBF. Por um lado, não é mais só o trabalho (atributo do homem) que dá acesso ao dinheiro, de modo que o dinheiro deixa de ser coisa só de homem; por outro, com as crenças embutidas nos requerimentos das condicionalidades, a criança já não ajuda, ela estuda. O campo da ajuda encolhe: o jovem (homem) passa diretamente do “estudar” para o “trabalhar”,

sem passar pela fase da ajuda; a jovem (mulher) combina ajuda e estudo na preparação para o casamento. Mas, hoje, entre os jovens, é quase unânime a ideia de que o trabalho é meio de obter dinheiro. Poucos jovens consideram a possibilidade de produzir para a subsistência.

Com a monetarização das relações, a quase universalização do PBF na agricultura familiar e o adensamento das relações entre agricultores, Estado e mercado, são reestruturados os sistemas e os modos de produzir a vida. Essas mudanças se revelam na tensão entre trabalho e dinheiro e se desdobram nas relações entre os dinheiros de transferências públicas e dinheiros do trabalho. Elas se revelam, igualmente, nas relações entre os sistemas simbólico-normativos e a “vida rotina” dos agricultores.

Mas, ao mesmo tempo, “naturalizam-se” os modos de cumprimento das condicionalidades do PBF sob responsabilidade da mulher. Cabe “quase” exclusivamente a elas levar os filhos ao posto de saúde, acompanhar o calendário de vacinação, controlar o cartão de vacina e a matrícula escolar. Apenas em um dos casos, entre os cinquenta estudados na segunda fase da pesquisa, se afirmou que o homem divide essas tarefas. A responsabilização da mulher é acrescida, ainda, em decorrência, por exemplo, da ausência de marido ou companheiro, cujos motivos envolvem desde a busca por trabalho em regiões distantes, até as separações conjugais de fato e/ou a inexistência de vínculos conjugais (mães solteiras).

A naturalização da responsabilidade pelas condicionalidades produz, pelo menos, dois efeitos. O primeiro remete à restauração – que está subjacente na formulação do Programa – do papel atribuído à mulher na “reprodução” da vida, nos “cuidados” com os filhos, na administração das coisas da casa, fixando e essencializando a mulher a partir das funções biológicas. A restauração desse papel foi fartamente verificada em conversas com agentes governamentais locais – assistentes sociais, agentes de saúde, diretoras de escolas e professores –, quando inquiridos

sobre o cumprimento das condicionalidades.²⁸ O segundo ponto se refere ao consenso que se estabeleceu sobre a legitimidade da preferência das mulheres pelo Programa. Entende-se, nas comunidades visitadas, que o acompanhamento do calendário de vacinas e da vida escolar é um atributo “natural” da mulher, que cuida melhor da casa e sabe melhor das necessidades.

Em síntese, com a apropriação de dinheiros e de crenças embutidas nas políticas públicas, particularmente nas condicionalidades, os agricultores familiares do TIBJ reestruturaram os modos tradicionais de produzir a vida: 1) o dinheiro tornou-se a principal “ficha simbólica” ou a expressão da materialização da necessidade, subordinando a ele o trabalho; 2) o trabalho no sentido estrito mantém-se como atribuição do homem (gênero); no sentido largo, torna-se uma atribuição do adulto (geração); 3) o cuidado da casa e de tudo que isso implica (condicionalidades) é atribuição quase exclusiva da mulher; 4) com a apropriação dos dinheiros dos programas de políticas públicas (PBF), são redistribuídas as posições/disposições dos indivíduos no interior das casas (nos sistemas de produção e de viver a vida) com repercussões na sociedade/mercado.

Da monetarização das relações sociais e das novas estratégias de produção de vida decorrem mudanças nas estruturas de posições dos indivíduos nas unidades familiares e na distribuição das tarefas em, pelo menos, três campos: 1) desvincula-se a criança/adolescente dos ambientes da produção de alimentos/bens e da produção de renda/dinheiros para situá-la/o na escola (condicionalidade); 2) entre a produção de alimentos/bens para a unidade familiar e a produção de renda/dinheiro para o acesso ao mercado, o eixo forte tende a deslocar-se do primeiro para o segundo;²⁹ 3) produz-se um campo de tensões entre diversas formas de produção/acesso ao dinheiro, opondo entre si os dinheiros resultantes do trabalho, do PBF, dos bicos, das aposentadorias/pensões, do jovem; mas, principalmente, produz-se o primado do dinheiro que substitui toda e qualquer necessidade.

28 Sobre o resgate da ideia fundada na relação entre mulher e cuidado, encontra-se, hoje, uma literatura relativamente vasta, com raízes, principalmente na CEPAL, e difundida entre os governos latino-americanos. Termos como “Brasil Carinhoso” e “governo que cuida do povo”, muito usados no Brasil, situam-se nesse contexto. Ver: FAVERO, 2012, p. 197-246.

29 A economia gratuita ou economia do dom (estabelecida na relação com vizinhos e parentes), embora importante para a produção/reprodução das famílias na região, sempre foi considerada como uma forma complementar de obtenção de meios de vida.

Ao mesmo tempo, ou para além dessa unidade, enquanto alguns dinheiros são vinculados ao homem, outros são da mulher e outros dos jovens. Essas diferenças entre os dinheiros dos indivíduos se manifestam, essencialmente, no seu uso: quem decide sobre o seu uso e em que é usado? Redistribuem-se, em consequência, complexificando-se as posições e as disposições dos indivíduos na unidade família e na sociedade/mercado. Mas, se produção/apropriação de renda/dinheiros torna-se estruturante do campo da família e nos modos de produzir a vida, a economia gratuita (aquela na qual o dinheiro, quando existe, é apenas um meio) não desaparece, mas se refaz nas novas circunstâncias, ganhando novos sentidos, que emergem, por exemplo, quando se verifica, mais cuidadosamente, a redistribuição das tarefas na casa, em momentos de fartura e de crise.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho no âmbito das unidades familiares, aos homens cabe, ainda hoje, a responsabilidade pelas atividades ditas “produtivas”: trabalhar, vender, trocar, comprar, decidir sobre o que produzir e o que comprar; à mulher cabe cuidar da casa, dos filhos, dos pequenos animais, da horta, do artesanato feito “nas horas vagas”, buscar ajuda de parentes e vizinhos (a gratuidade nas relações comunitárias), providenciar água; aos filhos cabe estudar; aos jovens cabe preparar-se para o casamento (emancipação). As tarefas da mulher são vinculadas, essencialmente, aos usos e ao consumo da família.

Essa divisão de tarefas é portadora de um caráter valorativo, que repercute, por exemplo, pelo menos no plano da representação, em maior ou menor autoestima. Ela expressa continuidade/descontinuidade se comparada aos modos tradicionais de estruturação das casas. Enquanto continuidade, é legitimado o lugar tradicional do homem no exercício do controle e da gestão dos recursos financeiros gerados na família e vincula-se o homem à produção, seja no estabelecimento ou fora dele: “se não tiver trabalho por aqui, eu vou sair pelo mundo”. Nessa circunstância,

a mulher não sai para o mundo, repete as atividades de sempre. Mas, enquanto descontinuidade, foi criado um novo lugar para a mulher, sem mexer significativamente no anterior: ela torna-se a responsável junto ao Estado, principalmente para o cumprimento das condicionalidades do Programa (feminilização da política?). Em uma das rodas de conversa realizadas durante a pesquisa, foi emblemática a fala de uma das mulheres: “a mulher trabalha na casa e na roça também, enquanto o homem faz serviços fora ou presta diária na terra de outras pessoas”. A mulher sempre foi para a roça, “ajudou” o homem na roça; atualmente, quando aumenta o tempo do homem fora da própria roça, aumenta o tempo da mulher na roça, onde ela assume, frequentemente, a direção da atividade.

Na fala da mulher está em jogo o “fora” e o “dentro”, como demarcadores de lugares e de posições que homem e mulher ocupam na distribuição das tarefas na unidade familiar. Por um lado, o trabalho “dentro” é assumido majoritariamente pelas mulheres e aquele realizado “fora” é atribuído ao homem; por outro, está em andamento um processo de redefinição sobre o que é dentro e o que é fora, de modo que o fora que se concentrava na roça se torna cada vez mais o fora do estabelecimento. Além disso, quanto mais se desloca a atividade do homem para fora do estabelecimento, mais ele carrega consigo o conteúdo do termo trabalho – trabalhar é uma atividade feita fora: “o homem trabalha quando arranja serviços”. A ação da mulher na roça, que antes era própria do homem, é desqualificada.

Contribui para a produção/reprodução dessa desigualdade de gênero o desencontro entre as políticas de desenvolvimento rural, como o PRONAF, vinculado principalmente ao homem (são raras as mulheres no Território que acessam o PRONAF), e as políticas de assistência social, como o PBF, explicitamente vinculado à mulher. Essa divisão – com raízes nas estratégias ideológicas e normativas do Estado e que envolvem, na ponta de baixo, os seus agentes extensionistas e de assistência social –

contribui significativamente para a demarcação e a naturalização dessa divisão sexual das atividades na família e dos vínculos sociais e políticos.

Essa assimetria nas relações de gênero nos sistemas de distribuição das tarefas nas unidades familiares se reproduz nas relações entre gerações. Na distribuição das tarefas nas unidades familiares referentes aos filhos e filhas, se reproduz o mesmo padrão verificado na relação entre o pai e a mãe. Se, por um lado, a ajuda das crianças e dos adolescentes foi transformada em trabalho e substituída pela escola, por outro, diferem as expectativas que se tem com relação ao menino e à menina. Na convivência diária com muitas famílias percebeu-se que as meninas dividem o seu tempo ajudando a mãe nos afazeres domésticos e na dedicação aos estudos; enquanto isso, alguns dos filhos mais velhos acompanham o pai em atividades da roça. Mas, em geral, eles não vão para a roça para não perderem aula: “eles gostam de estudar, não perdem aula e querem continuar estudando pra mudar de vida”.

Curiosa é a fala dos meninos com relação às colegas na Escola Família Agrícola de Jaboticaba: “há disciplinas como zootecnia, que as meninas não têm jeito para laçar um garrote”. Um deles acrescenta: “só conheci na escola uma única menina que sabia ordenhar”, e o outro: “as meninas preferem arrumar os quartos e limpar a escola”. A inscrição da ordem masculina nos discursos interdita tacitamente a inserção das meninas em determinadas atividades destinadas para os homens. Enfim, durante a pesquisa foi possível perceber a força expressiva com que as famílias projetam o futuro dos filhos a partir da crença na escola e no ganhar dinheiro. É com base nessas crenças que, muitas vezes, os filhos são poupados do envolvimento com afazeres domésticos ou de trabalho na roça. Pais e mães justificam o esforço que fazem para que os filhos estudem: “(...) quero que eles tenham um futuro que infelizmente não consegui conquistar”.

Em todas as 50 famílias que participaram da última fase da pesquisa, a mulher é titular do “cartão” do PBF, o que lhe

dá acesso ao dinheiro e à definição de seu destino, e a torna reconhecida pelo Estado e no mercado. A posse do cartão afeta profundamente suas rotinas e seus trajetos, requalificando e alargando a sua rede de relações. Na pesquisa, acompanhando trajetos de mulheres e homens, jovens e crianças, foi possível identificar as “estações” (GIDDENS, 2003) ou os lugares no trajeto onde se adensam o tempo/espaço da realização da vida. Além da casa, posto de saúde, escola, feira, mercado, casa lotérica, banco, igreja e vizinhança são paradas obrigatórias onde se materializam a apropriação e os usos do PBF pelas famílias, com a mulher protagonizando as ações. Mas, cada membro da família tem as suas próprias estações. Seguindo as suas trajetórias e observando onde param e o que fazem nessas paradas, pode-se dimensionar como são constituídas as redes de sociabilidade desses personagens.

A forte presença de mulheres nas rodas de conversa realizadas ao longo das pesquisas, mesmo quando se teve o cuidado de convidar toda a comunidade, indica que é consenso na região que PBF se liga à mulher. Provocadas a falarem sobre o assunto, as mulheres, por unanimidade, concordaram em afirmar que cabe a elas a apropriação e o uso do dinheiro, já que elas sabem dar melhor uso ao dinheiro, que é destinado aos cuidados com a casa. É um dinheiro para a casa e, portanto, deve ser gerido por elas. Ao serem provocadas pela pergunta: “(...) e se fosse o homem o que recebesse o dinheiro?”, a resposta começou com risos e com uma exclamação que fez coro: “hum... ficava metade no meio do caminho”; outras diziam: “todo não chegava em casa”; e outra: “a mulher é que sabe o que precisa dentro de casa”.

Essa unanimidade forma redes sociais, estabelece vínculos e, principalmente, altera a posição da mulher na sociedade. Ela afeta a própria autoestima da mulher. A sua disposição para participar de encontros referentes ao PBF, chegando a enunciar iniciativas e/ou promessas de rompimento de relação de subordinação ao homem/marido, foi bem traduzido pela resposta de uma delas, quando a amiga lhe perguntava com quem

havia deixado “os meninos”: “Ah! Deixei com ele (o marido) e disse que tinha uma reunião do ‘Fome Zero’, e que ele tomasse conta dos meninos porque eu não sabia que horas ia voltar”. A fala, acompanhada de expressão de contentamento e risos, indica um misto de vitória e dúvida. Atitudes assim foram verificadas em muitas comunidades, apontando para mudanças na rotina das beneficiárias do Programa, que possibilitam ampliar as suas redes de relações, já que agora elas andam por outros caminhos e demoram em outras estações, para além das estações tradicionais da mulher local: a casa, os vizinhos e a igreja.

Mas, a despeito desses deslocamentos nas rotinas e nos trajetos que tornam as mulheres visíveis no comércio, nas filas das casas lotéricas e em estações que se tornaram obrigatórias para os beneficiários do Programa, e apesar de se ter instituído e legitimado a ideia de que o recebimento do benefício deve ser feito “preferencialmente” por mulheres, na pesquisa ficou nítida a impressão de que tudo isso é ainda insuficiente para produzir deslocamentos mais profundos nas relações hierárquicas de subordinação homem-mulher, sobretudo, quando se refere à participação na esfera pública. Ficou visível também que, com o Programa, se reforça na prática e nas representações o lugar/papel tradicional da mulher de cuidar da casa. Produz-se uma espécie de desencontro entre o alargamento “físico” dos trajetos e a manutenção da ideia de que o lugar da mulher é a casa. Se, por um lado, é quase nula a presença de mulheres em organizações sociais tradicionais (associações comunitárias, sindicatos, cooperativas) e que se situam para além dos trajetos “obrigatórios”, por outro, elas criam/ingressam em novas redes e se encontram com pessoas que antes não faziam parte das suas redes.

Esses novos trajetos e paragens complexificam o seu território, abrindo o leque das sociabilidades advindas dos conteúdos novos de informações que são obrigadas a adquirir para atender às novas demandas do ser mulher, como a de ser responsável pela administração do cartão do PBF. Acompanhando mulheres

nos seus trajetos, foi possível observar, para além das relações de mercado, o estabelecimento “espontâneo” de uma rede de “entre ajuda” e solidariedade que funciona, por exemplo, quando convém esclarecer dúvidas sobre os locais próprios para tirar a documentação ou sobre exigências do Programa e, ainda, para facilitar estratégias de acesso a locais e pessoas mais indicadas para resolver problemas.

Nas comunidades locais, o PBF estabeleceu-se como espaço de apoio mútuo, rompendo com a sua formalidade que exclui relações de horizontalidade.³⁰ Os encontros se refazem em lugares tradicionais, como nas rodas de “cata/quebra de licuri”, ou em lugares novos, como postos de saúde. O PBF, formalmente, não estabelece vínculos laterais, mas no processo de sua apropriação no interior das comunidades, esses vínculos tendem a ser recriados.

Certeza e medo – porque não é um direito, é uma espécie de dádiva e é incerta – se misturam refazendo a vida da mulher. Se, por um lado, o dinheiro do Programa é certo (quantidade certa), contraditoriamente, é produtor de medo (a sua chegada é incerta). “Todo final de mês o medo bate”. Por que? “Medo de botar o cartão e não sair dinheiro. Com que vou pagar as dívidas?” Os relatos expressam o caráter dessa vida precária, dessa nova precariedade, não mais necessariamente da falta de comida, mas de uma vida sujeita a determinações incontrolláveis, cada vez mais fluídas e modeladas por programas que embutem incerteza, inconstância, imprevisibilidade. Institui-se um modo de vida que exige autorização do outro. A comida vinda como dom substitui a própria possibilidade de ser sujeito, de ser humano. “Hoje tem, amanhã não se sabe”. É assim também com o trabalho, não é “fixo” e nem “certo”. Daí os dias vividos misturando comida, riscos e medos. Fragmentação, instabilidade, incerteza e fé integram o cotidiano das famílias e afetam, sobremaneira, a mulher na condição de responsável pela casa, pela educação e pela saúde dos filhos, com o dinheiro “certo”, mas “incerto”.

30 O PBF é baseado em relações verticais tendo nos extremos o Estado e a família/ indivíduo, mediado por um sistema técnico e pelas condicionalidades, que transformam o beneficiário em objeto de controle.

CONCLUSÕES

As contradições e os conflitos que estruturam a relação entre a vida que se move por si mesma e os sistemas simbólico-normativos que têm no Estado o principal agente transformaram a agricultura familiar do Semiárido nordestino e, particularmente, do TIBJ, numa espécie de laboratório ou numa fronteira onde se exercitam novos modos de produção do social e do humano. Não se trata, aqui, no entanto, de qualquer Estado, mas do Estado do PBF, um Estado que controla, pela via desse Programa, dois poderosos mecanismos de “desencaixe”: as “fichas simbólicas” ou o “sistema de necessidades”, configurado particularmente no dinheiro, e o “sistema de peritos”, ou a capacidade de produzir ideias de verdade e crenças através da criação e da disseminação de aparatos simbólicos e normativos. Produz-se, nas relações entre esses dois agentes, um campo em que operam mecanismos de apropriação/produção criativa e de destruição criativa, dando origem a um novo chão, lugar, forma e dinâmica de viver e de produzir vida.

Os agricultores familiares da região, portadores de uma história e inseridos em um universo de circunstâncias que os fazem ser de determinado modo, ao se depararem com um novo e poderoso sistema de linguagem que tem no dinheiro e no consumo a moeda forte, e ao se apropriarem do PBF que é a expressão maior desse sistema, assimilando-o na produção do seu cotidiano, requalificam-se requalificando a própria realidade vivida. O PBF, na sua efetividade, deixa de ser, assim, apenas o programa formal, para tornar-se, também, um ingrediente nas estratégias de produção de vida dessa população. Mas como parte mais significativa de um conjunto de elementos e de estratégias de destruição criativa, o Programa tende a impor, em grande medida, a sua razão. Essa força ganha ainda mais vigor na relativa medida da perda de capacidade

de autossustentação da agricultura familiar. É do encontro/desencontro entre esses dois personagens que emergem as principais expressões de deslocamentos na realidade dessa população.

Neste trabalho procurou-se cartografar expressões desses deslocamentos. A precariedade e, mais que isso, a própria destruição de uma capacidade histórica de produção de vida de um povo, que é atingida na sua raiz, na sua dignidade, é o que parece restar dessa destruição criativa. Criativa, pois cria o destituído, o desumanizado: a dignidade de ser alguém que se inscreve no tempo/espaço como sujeito e que estabelece, minimamente, os termos para as estratégias de produção de sua própria vida. Ela é criativa além disso, pois recria o próprio Estado como novo sistema de controle social sob o domínio da “ficha simbólica” dinheiro, que insere o agricultor, agora completamente vulnerável, nos sistemas de consumo.

Mas, ao firmarmos o olhar nos modos como os agricultores familiares produzem as suas vidas e vivem nesse novo contexto, pôde-se percebê-los como sujeito, precário, vulnerável, mas um sujeito que é capaz de reinventar o seu passado, de inventar artimanhas e estratégias, de recriar o seu lugar, o seu território, a si mesmo e as próprias relações com o Estado. Certamente não como ele quer, mas determinado por circunstâncias. Essa criatividade perpassa as inter-relações no interior das casas, as relações de gênero e gerações que são refeitas e introduzem elementos para um mútuo reconhecimento, como diferentes e iguais. Elas se articulam a partir dos modos ou dos sistemas como se estrutura a produção da vida; se espalham nas redes comunitárias ou mais amplas de sociabilidade. Na fronteira, a dinâmica da destituição da humanidade de um dos sujeitos pelo controle do outro é, ao mesmo tempo, uma dinâmica de reinvenção dos modos de enfrentar os sistemas de controle e de dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CODES - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável*. Território Bacia do Jacuípe, 2010. Disponível em: <<http://territoriobaciadojacuipe.blogspot.com/p/o-ptds.html>>. Acesso em: 23 out 2011.

DURKHEIM, E. e MAUSS, M. De quelques formes primitives de classification - contribution à l'étude des représentations collectives. In: *Année sociologique*, 6 (1903). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/essais_de_socio/T7_formes_classification/formes_classification.pdf.

FAVERO, C. A. Encontros e desencontros nos modos de produzir a vida. Entre seres de necessidades e seres desejanter. In: ANDRADE, E. S. e SILVA, F.P. *Estado e políticas públicas. a construção do consenso neoliberal*. Salvador: EDUNEB, 2012, p. 197-246.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. S. Paulo: Ed. UNESP, 1991.

_____. *A constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARVEY, D. Neoliberalismo como Destruição Criativa. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* 2 (4). Tradução, Agosto de 2007. Disponível em: <www.interfacehs.sp.senac.br>.

HEGEL, G. W F. *Fenomenologia do espírito*. Vol. I e II. 2.Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas, III, A Filosofia do Espírito*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP* 8(1), S. Paulo, p. 25-70, maio de 1996.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. *Manuscripts de 1844*. (Économie politique e philosophie). Présentation, traduction et notes d'Émile Bottigelli. Paris: Les Éditions Sociales, 1972.

SABOURIN, E. *Camponeses no Brasil*. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. *Geografia*, ano 1, n.1, Rio de Janeiro, p.8-9, jan-jun 1999.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. *Programa de Seminários Acadêmicos*. 5ª feira FEA-USP. Seminário nº 4/2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf>

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como espaço de vida – reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

CELSON ANTONIO FAVERO – Doutor (PhD) em Sociologia pela Université du Québec à Montréal (UQAM), Professor na Universidade do Estado da Bahia e membro do Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária (UNEB) e do Grupo de Pesquisa Territórios, Hegemonias, Periferias e Ausências. <fcelsoafavero@terra.com.br>.